

Senadores apóiam pedidos de prefeitos

Cerca de 3 mil prefeitos e centenas de vereadores reunidos em Brasília receberam ontem apoio de senadores de diferentes partidos a suas reivindicações. Na mesma solenidade em que o presidente Lula anunciou providências para o aumento de um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reconheceu a enorme injustiça que as prefeituras enfrentam na distribuição dos recursos públicos. **Páginas 2 a 4**



Renan Calheiros (E) discursa na abertura da marcha dos prefeitos; mesa dos trabalhos foi composta pelo presidente Lula, ministros de Estado, parlamentares e representantes dos municípios de todo o país

Projeto que garante acesso de escolas a redes digitais é acolhido na CAE

Proposta de Aloizio Mercadante torna obrigatória a universalização, até 2013, do acesso à internet nos estabelecimentos de ensino. **Página 7**

Oposição admite criar no Senado CPI do Apagão Aéreo

Arthur Virgílio e José Agripino, líderes do PSDB e do DEM, anunciaram que vão consultar bancadas sobre a possibilidade de propor CPI para investigar crise aérea. **Página 6**

Aprovada MP que fixa em 1% do IR dedução ao esporte

Além do incentivo a atividades esportivas, Plenário aprova (sob protesto da oposição) medida provisória que abre crédito de R\$ 956,6 milhões em favor de ministérios. **Página 5**

Articulações em Plenário: Lúcia Vânia (E), Virgílio, Roseana, Jucá e Agripino (sentado)



Redução da idade para esterilização divide especialistas

Especialistas e representantes de entidades de classe divergem, em audiência no Senado, sobre projeto de Marcelo Crivella que torna obrigatório o oferecimento de educação sexual, institui o Dia do Planejamento Familiar e reduz de 25 para 18 anos a idade mínima para esterilização cirúrgica voluntária.

Página 8

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário examina medidas provisórias

Um total de 28 oradores estão inscritos para a sessão de hoje, que começa às 14h. Encontram-se na ordem do dia, que começa às 16h, sete medidas provisórias, dois projetos de lei da Câmara dos Deputados, que tramitam em regime de urgência, um projeto de decreto legislativo e várias propostas de emenda à Constituição.

Subcomissão dos Biocombustíveis

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis reúne-se às 10h30 para analisar dois requerimentos de audiência pública. O primeiro prevê debate sobre as perspectivas de mercado e as projeções econômicas para o setor de biocombustíveis no Brasil; o segundo requerimento trata da discussão de acordos e negociações em andamento, com governos e empresas estrangeiros, sobre a produção de bioenergia e a possibilidade de o Brasil se transformar em um grande produtor e exportador de etanol e de outras formas de bioenergia.

Consultoria de Orçamento analisa o PAC

A Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf) realiza, a partir das 14h30, encontro destinado a detalhar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A consultoria fará uma análise crítica e isenta com o objetivo de contribuir para o assessoramento e acompanhamento da tramitação dos projetos relacionados com o PAC. Os participantes poderão tirar dúvidas sobre o programa.

Estatuto do Produtor Rural

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se às 11h para analisar, entre outros projetos, o que prevê alterações na lei que regulamenta a reforma agrária (Lei 8.629/93), a fim de determinar novos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. Ainda em pauta, projeto que cria o Estatuto do Produtor Rural.



Padrão de qualidade dos alimentos

Às 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar projeto que trata dos padrões de qualidade dos alimentos vendidos no país. Ainda em pauta, a indicação de Fausto Pereira dos Santos para o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Ciência e Tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se às 8h45 com o ministro Sérgio Rezende para debater as diretrizes e os programas prioritários do setor.

Pacote antiviolação

Às 10h, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reúne-se para analisar, entre outras matérias, projetos que fazem parte do pacote antiviolação.

Na abertura da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, presidente do Senado reconhece crescimento das obrigações municipais. Lula anuncia benefício aos entes federados

Renan vê injustiça na distribuição de recursos públicos a prefeituras

Ao discursar ontem na solenidade de abertura da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reconheceu o crescimento das obrigações municipais, nos últimos 20 anos, assim como a enorme injustiça que as prefeituras brasileiras enfrentam na distribuição dos recursos públicos.

Na mesma solenidade, o presidente Lula anunciou, sob aplausos, que determinou providências para que seja aumentado o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de 22,5% para 23,5% da arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI), uma das principais reivindicações dos prefeitos reunidos em Brasília. Esse um ponto percentual, que representará R\$ 1,3 bilhão dos repasses de receitas federais para as prefeituras, foi incluído no bojo da reforma tributária aprovada pelo Senado e que aguarda deliberação na Câmara. Lula afirmou que esse projeto de reforma tributária não interessa mais ao governo, que pretende agora buscar um acordo para um novo texto.

Antes da solenidade, Renan já havia declarado, em entrevista, o quanto era importante a aprovação desse aumento do FPM para os municípios, que, em sua



Renan defende reforma que assegure recursos aos municípios

opinião, enfrentam grande dificuldade para atender às demandas da população.

– Essa dura realidade trouxe para muitas cidades a total falência das contas públicas. Diante disso, não podemos deixar de enfrentar uma reforma tributária que gradativamente compartilhe recursos das contribuições de maneira mais equânime entre União, estados e municípios, sem ferir o equilíbrio fiscal nem a estabilidade da nossa economia – destacou.

Comissão

O presidente do Senado defendeu uma reforma que assegure aos municípios receitas compati-

veis com suas obrigações. Ele informou que, para garantir à sociedade o controle da administração dos tributos, criou no Senado uma Comissão de Avaliação do Sistema Tributário. E observou que a presença municipalista nessa nova comissão será fundamental, inclusive, para a criação de regras mais justas de redistribuição do “bolo” tributário, fortalecendo as cidades.

Segundo Renan, em razão da má distribuição de receitas em vigor, hoje os municípios não conseguem pagar as dívidas com os precatórios, estimados em R\$ 70 bilhões, restando-lhes apenas a alternativa da intervenção do Judiciário, solução que não atende nem ao credor nem ao devedor.

– Apresentei nesse sentido uma proposta de alteração constitucional, vinda do Supremo Tribunal Federal, que cria um sistema de leilão e manda pagar do menor para o maior valor, abrindo a possibilidade de o município oferecer um deságio ao credor. O certo é que o Senado tem absoluta consciência da difícil situação enfrentada pela maioria das cidades, nunca abandonou os municípios e nunca os abandonará.

Renan disse ainda que somente a reforma política será capaz de assegurar a verdadeira governabilidade nas três esferas de poder.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
 1º Vice-Presidente: Tião Viana
 2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
 1º Secretário: Efraim Moraes
 2º Secretário: Gerson Camata
 3º Secretário: César Borges
 4º Secretário: Magno Malta
 Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
 Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
 Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
 Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
 Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
 Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio
 Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
 Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
 Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Paulo Paim, Tião Viana, Mozarildo Cavalcanti, Adelmir Santana, Romeu Tuma e Wellington Salgado

Representantes municipais têm reuniões agendadas até amanhã e buscam pressionar governo e Congresso por recursos e reformas federativa e tributária

MARCHA REÚNE MAIS DE 3 MIL PREFEITOS EM BRASÍLIA

Prefeitos de todo o país estão reunidos em Brasília para discutir e apresentar uma série de reivindicações dos municípios ao presidente Lula e ao Congresso. A 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios chegou ontem à capital federal e tem reuniões agendadas até amanhã, quando o evento será encerrado.

De acordo com a Confederação Nacional dos Municípios, organizadora da marcha, participam da manifestação cerca de 3 mil prefeitos e centenas de vereadores, que estarão presentes ao II Fórum Nacional de Vereadores, evento paralelo à marcha, programado para hoje.



Prefeitos e centenas de vereadores participam da abertura da 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Ontem pela manhã, os presidentes da Câmara, Arlindo Chinaglia, e do Senado, Renan Calheiros, participaram, juntamente com o presidente Lula, 23 ministros e representantes das princi-

pais empresas estatais, da abertura da marcha. Na ocasião, os prefeitos apresentaram suas reivindicações, entre as quais o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em um ponto percentual – assunto sobre o qual Lula garantiu que já solicitou providências –, a aprovação da minirreforma tributária, os critérios de distribuição do Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb), a discussão de uma reforma federativa e mais recursos

para saúde, saneamento, habitação, educação e outras áreas.

Ontem, em Plenário, vários senadores manifestaram seu apoio aos pedidos dos prefeitos.

Paulo Paim



Apelo à Câmara por PEC que beneficia municípios

Ao declarar seu apoio à pauta de reivindicações da 10ª Marcha de Prefeitos a Brasília, Paulo Paim (PT-RS) fez um apelo para que a Câmara aprove a PEC 228/04, acolhida pelo Senado há dois anos, que assegura o acréscimo de um ponto percentual ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

– Não podemos aceitar que mais uma vez milhares de prefeitos retornem às suas bases apenas com uma promessa – afirmou.

O senador também disse apoiar as reivindicações pela liberação de recursos do Fundeb, pela agilização da votação de projetos de saneamento e habitação e pela reforma tributária. Paim defendeu ainda a celebração de um novo pacto federativo que permita a descentralização de recursos juntamente com as responsabilidades vinculadas à administração dessas verbas.

Sibá Machado



Políticas do governo Lula vêm reduzindo pobreza

Sibá Machado (PT-AC) elogiou a postura do governo Lula em relação aos municípios. Comentando a autorização dada pelo presidente à base governista na Câmara, para que vote a favor do aumento no percentual de repasses ao FPM, o senador afirmou que projetos do governo federal em conjunto com esses entes federativos têm contribuído para diminuir a pobreza.

Sibá ressaltou que Lula concordou com a reivindicação dos municípios de que o aumento nos repasses fosse destacado da reforma tributária, que será revista.

Outro pleito atendido pelo presidente, segundo o parlamentar, foi o de reduzir de 20% para 0,1% a contrapartida dos municípios para os projetos na área de educação e saneamento previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Arthur Virgílio



Condições para apoiar prorrogação da CPMF e da DRU

Ao tratar da intenção do governo de apresentar ao Congresso projetos de prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2011, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que as promessas feitas aos governadores durante a discussão do PAC e aos prefeitos na Marcha em Defesa dos Municípios precisam ser atendidas.

– Sem o governo perceber que fez mais do que uma bela foto, vai ser difícil fazer tramitar com tranquilidade a DRU e a CPMF por esta Casa – afirmou.

Virgílio disse que a União concentra em suas mãos cada vez mais recursos, por meio da criação de contribuições em vez de impostos. No caso da CPMF, que arrecada R\$ 32,5 bilhões anuais, os governadores cobram participação no rateio.

Inácio Arruda



“Boa colheita” inclui Fundo de Participação maior

Elogiando a 10ª edição da Marcha dos Prefeitos, Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que os prefeitos saem da capital com “uma boa colheita”, da qual faz parte o pedido do presidente Lula para que a base do governo vote separadamente a PEC que institui o aumento do FPM de 22,5% para 23,5% da arrecadação federal do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O senador lembrou que o presidente liberou as prefeituras da obrigação de dar uma contrapartida para obtenção de financiamentos para obras de saneamento básico. Outro ponto ressaltado foi a liberação de empréstimos para a compra de máquinas pelas prefeituras. “A União tem a responsabilidade de distribuir a riqueza entre os estados, e essas medidas também promoverão o crescimento econômico do país”, sustentou.

José Agripino



Sudene recriada poderá ajudar cidades em apuros

O líder do Democratas, José Agripino (RN), comprometeu-se com a aprovação de medidas reivindicadas pelos prefeitos participantes da 10ª Marcha a Brasília e defendeu a apreciação imediata dos vetos do presidente Lula à lei que recriou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

– Vários estados nordestinos já estão enfrentando problemas de queda na produção agrícola por causa da seca. Sem recursos, muitos prefeitos se ressentem da falta de um órgão ao qual recorrer. Quando a Sudene atuava na região, era ela o órgão que coordenava as emergências, porque tinha a inteligência da região.

Agripino firmou ainda o compromisso de lutar no Congresso pela aprovação da PEC que permite aos municípios devedores escolherem um regime especial de quitação de precatórios.

Ideli Salvatti



Medidas são consideradas avanço pela CNM

Segundo Ideli Salvatti (PT-SC), os três principais avanços conquistados pelos municípios na última década – elencados pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), organizadora da Marcha dos Prefeitos, em seu site na internet – “são três medidas adotadas no primeiro mandato de Lula”, e aprovadas pelo Congresso Nacional.

A lei complementar do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o repasse direto do salário-educação para os municípios e o aumento do percentual dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) repassados pela União aos estados foram os avanços apontados pela CNM, de acordo com a senadora.

– Essa é uma forma de mostrar inequivocamente como as reivindicações têm sido acolhidas – afirmou.

Relator na CCJ quer obter consenso em torno de proposta antes de submetê-la a apreciação

Raupp: PEC dos precatórios só irá a votação depois de “debate exaustivo”

O relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da proposta que trata da renegociação dos precatórios, Valdir Raupp (PMDB-RO), disse que espera obter consenso em torno da matéria antes de submetê-la a votação.

O senador anunciou para o dia 17 um debate sobre a proposição (PEC 12/06) na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

– A PEC só vai ser votada depois de debate exaustivo. Não se podem admitir dúvidas sobre preceitos

jurídicos, principalmente no caso dos precatórios alimentícios – observou.

Precatórios são ordens de pagamento contra a fazenda pública originadas de decisões judiciais sobre as quais não cabem mais recursos. Mesmo reconhecidas, muitas vezes as dívidas não são pagas sob a alegação de dificuldades orçamentárias.

Raupp afirmou que conversou com governadores e prefeitos e que o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), relatou a



Raupp está preocupado com a situação dos estados e municípios

ele o caso de um precatório de 1930, relativo a terras desapropriadas, que ainda não foi pago. O Supremo Tribunal Federal registra a

existência de precatórios a pagar no valor de R\$ 61 bilhões, sendo R\$ 43 bilhões de estados e R\$ 18 bilhões de municípios.

– O que mais preocupa é a situação das finanças estaduais e municipais, que estão com alto grau (em torno de 85%) de comprometimento legal e constitucional de suas receitas primárias líquidas.

O senador também destacou os compromissos assumidos pelo presidente Lula junto aos participantes da 10ª Marcha de Prefeitos.

Gilvam Borges



Lula deve assumir reformas política e tributária

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse que considera necessário rever as relações entre União, estados e municípios e entre Estado, partidos políticos e sociedade. O senador fez um apelo para que o presidente Lula assuma a bandeira das reformas política e tributária, “medidas pelas quais a sociedade está clamando”.

– É chegada a hora de tornar a política menos personalista, meta que só pode ser alcançada com o fortalecimento dos partidos políticos – frisou.

Segundo Gilvam, as falhas na atual legislação político-partidária são um tema que está “pra lá de maduro”, por estar sendo debatido pelo Congresso há mais de cinco legislaturas.

Episódios de desrespeito e indisciplina nos quadros das legendas também concorrem, conforme acrescentou, para fragilizar as estruturas partidárias.

Osmar Dias



Defesa de R\$ 32 bi para estados e municípios

Ao comentar a 10ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, Osmar Dias (PDT-PR) reclamou que proposta de sua autoria que destina 10% das contribuições federais aos estados e 10% aos municípios (PEC 50/05) não entrou na pauta de votações do Senado.

Ele afirmou que o governo, nas propostas relacionadas à reforma tributária, pede o aumento das contribuições – que pelas regras atuais podem ficar 100% com a União – e não dos impostos, que devem obrigatoriamente ser repartidos com estados e municípios.

– Se todos aqui concordamos que é preciso descentralizar, vamos votar. As contribuições, no ano passado, renderam ao governo federal R\$ 160 bilhões. Portanto, estou falando de R\$ 16 bilhões para os municípios e de outros R\$ 16 bilhões para os estados, e não de R\$ 1 bilhão.

Romero Jucá



Benefícios para as pequenas prefeituras

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), aplaudiu o presidente Lula pela decisão de apoiar o aumento no repasse do Fundo de Participação dos Municípios. A proposta (PEC 17/04), de sua autoria, votada há três anos no Senado, aguarda deliberação na Câmara.

Jucá disse acreditar que a elevação em um ponto percentual no repasse do FPM trará muitos benefícios para as pequenas prefeituras.

– Havia um entendimento na Câmara para que a emenda fosse votada em conjunto com a reforma tributária. No entanto, a questão se alongou, e os municípios acabaram ficando prejudicados. Mas basta desmembrar a emenda constitucional que está na Câmara e votar isoladamente o dispositivo, para que o problema seja rapidamente solucionado – explicou.

Valter Pereira



“É necessário reformular o pacto federativo”

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que apóia as reivindicações dos participantes da 10ª Marcha em Defesa dos Municípios, especialmente o aumento no repasse do FPM, que, segundo o senador, significaria para as cidades um acréscimo de R\$ 1,3 bilhão ainda neste ano.

Em aparte, Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou que a cidade de Corumbá aguarda aquela que deve ser a maior cheia dos últimos 30 anos e ressaltou a necessidade de repensar a estrutura dos municípios. Valter acrescentou que a solução definitiva para esses problemas dos municípios passa, necessariamente, pelo reformulação do pacto federativo.

– Mas, enquanto não se realizar o verdadeiro pacto, as medidas compensatórias que os prefeitos reivindicam se tornam importantes e inadiáveis – concluiu.

Dornelles critica uso do FAT em dívida agrícola

Francisco Dornelles (PP-RJ) dirigiu, da tribuna, apelo ao presidente Lula para que não assinasse medida provisória destinando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para o refinanciamento de dívidas agrícolas, conforme noticiou a imprensa. O senador lembrou que o fundo foi criado com o objetivo de estimular a política de geração de emprego e renda, e pagar o seguro-desemprego e o 14º salário.

Dornelles observou que os recursos daquele instrumento vêm do PIS/Pasep e que, no passado, toda a arrecadação desses programas ia para o FAT e as despesas com seguro-desemprego eram menores, o que permitiu que o fundo acumulasse grande patrimônio.

Déficit

Com o tempo, explicou, o fundo perdeu 20% da receita do PIS/Pasep e as despesas do seguro-desemprego aumentaram, o que fez com que o FAT tenha hoje um déficit primário. As despesas do seguro-desemprego, os recursos destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o 14º salário, assinalou, são cobertos com a parcela do PIS destinada ao FAT mais os juros desse patrimônio.

– Destinar uma parcela do FAT para refinarçar dívida agrícola é um assalto ao fundo. O FAT não foi feito para refinarçar dívida agrícola – criticou o parlamentar, assinalando que o governo não pode descapitalizar um fundo que pertence aos trabalhadores.



Dornelles pede a Lula que não assinasse medida provisória

Mozarildo quer taxa para ajudar aviação regional

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apoiou as alterações feitas pela Câmara no projeto de sua autoria que estabelece um adicional tarifário para subsidiar linhas aéreas regionais. Em vez de ser encarada como um “remédio amargo”, o senador acredita que a cobrança da taxa deve ser vista como um “antídoto” para outros males do setor aéreo.

– É preciso que o Brasil repense o modelo aeroviário para que ele deixe de ser tão concentrado.

Embora tenha sido aprovada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara, a proposta não vai seguir diretamente à sanção presidencial porque o deputado Fernando Coruja (PPS-SC) apresentou recurso para votação em Plenário. Cumprida essa etapa, a matéria voltará a ser examinada pelo Senado.

Crise

Ainda em defesa de sua proposta, Mozarildo citou reportagem da revista Carta Capital que aponta, entre as causas da crise no setor aéreo, a fragilidade da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e os cortes nos vôos regionais.

Segundo comentou, quase todos os vôos para cidades de médio e pequeno portes das regiões Sul e Sudeste passam por São Paulo, ocorrendo o mesmo em relação a Brasília com vôos que servem destinos de menor movimento nas regiões Norte e Nordeste.

– Isso acaba sobrecarregando esses aeroportos – observou o senador.



Mozarildo: proposta é antídoto para problemas do setor aéreo

Tião Viana rebate críticas de *Veja* a ex-governador do Acre

Em discurso no Plenário, Tião Viana (PT-AC) rebateu matéria publicada na última edição da revista *Veja* sobre a gestão ambiental do ex-governador do Acre Jorge Viana (PT). O senador avaliou que a matéria, intitulada “E agora, Viana?”, apresenta “duras e injustas críticas” ao ex-governador. Ele afirmou que a gestão da política ambiental nos oito anos de governo Jorge Viana foi de “absoluta responsabilidade e sensibilidade”.

– Sem ter ido ao Acre, sem ter ouvido os argumentos do ex-governador e das pessoas responsáveis pela política ambiental e florestal do estado, ele resolveu fazer um ataque gratuito, sem qualquer medida de responsabilidade jornalística – avaliou Tião Viana, referindo-se ao autor da matéria, jornalista Leonardo Coutinho.

O senador leu trechos de dois documentos que refutam a matéria da revista: uma nota do atual governador do Acre, Binho Marques, endereçada a *Veja*, e um artigo do secretário de Meio Ambiente do estado, Carlos Edegard de Deus. Na nota, o governador acusa a revista de tentar “desqualificar os trabalhos em defesa da floresta” promovidos no estado e



“Sem ter ido ao Acre, [autor da matéria] faz ataque gratuito”, afirma Tião Viana

afirma ser falsa a informação de que a área desmatada no estado aumentou 42% após os dois governos de Jorge Viana.

– Uma matéria crítica, ácida, querendo apenas denegrir a imagem do ex-governador Jorge Viana. Tenho certeza de que faltou responsabilidade profissional e honestidade intelectual na interpretação dessa matéria – disse.

Em apêndices, os senadores Sibá Machado (PT-AC), Fátima Cleide (PT-RO), Papaléo Paes (PSDB-AP), Augusto Botelho (PT-RR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiaram a gestão de Jorge Viana. Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse estranhar que o ex-governador não tenha sido ouvido por *Veja* durante a elaboração da matéria.

Demostenes cobra homologação de cursos universitários em Goiânia

O senador Demostenes Torres (DEM-GO) fez um apelo ao ministro da Educação, Fernando Haddad, pedindo a homologação de vários cursos da Universidade Salgado de Oliveira (Univero). O parlamentar considerou discriminação a demora no reconhecimento dos cursos da instituição, uma vez que, no final de 2006, o Ministério da Educação (MEC) autorizou o funcionamento de cursos da Universidade Bandeirantes em campus fora da sede, não tendo, pois, em sua opinião, razões por que negar pedido semelhante.

– A estrutura da Univero é invejável. Se todas as universidades públicas contassem com estrutura ao menos semelhante, o nível da educação brasileira estaria sendo comparado ao da Finlândia, não ao do Haiti – disse Demostenes, que ressaltou ainda a elevada proporção (40%) de professores da instituição com mestrado ou doutorado, além da quantidade média de cinco livros por aluno matriculado constante de sua biblioteca.



Estrutura da Universidade Salgado de Oliveira é elogiada por Demostenes

Em aparte, Wellington Salgado (PMDB-MG), dono da Univero, externou sua estranheza com a situação dos cursos em Goiânia. Disse preferir acreditar que “o ministro Haddad, com sua equipe, está buscando solucionar todos os problemas encontrados na sua administração e que o último problema que será solucionado será esse da Univero”.

Demostenes ressaltou que não fazia um discurso em favor de Wellington, mas “em favor dos 13 mil alunos que tentam terminar seus cursos”.

Matéria acolhida em Plenário fixa em 1% do Imposto de Renda devido o limite de deduções de incentivos das empresas a atividades esportivas e paraesportivas

Aprovada MP que evita disputa de recurso entre esporte e cultura

Após entendimentos entre os líderes partidários, em Plenário, para alteração da ordem de votação das matérias em pauta, os senadores aprovaram ontem duas medidas provisórias (MPs), sendo a primeira voltada à concessão de incentivo fiscal para atividades esportivas e a segunda à abertura de crédito extraordinário para sete ministérios. O debate foi marcado pelos protestos dos senadores opositores contra o excesso de medidas provisórias editadas pelo governo.

A primeira medida provisória (MP 342/06), aprovada na forma de projeto de conversão (PLV 01/07), fixa em 1% do Imposto de Renda (IR) devido o limite de dedução de incentivos concedidos por empresas a atividades esportivas e paraesportivas. Manteve-se, portanto, a separação entre recursos para o esporte e a cultura, negociada no ano passado. A matéria segue para a sanção do presidente da República.

Competição

Ideli Salvatti (PT-SC), relatora da matéria, explicou que a Lei 11.438, aprovada em 2006, teve de ser mudada, uma vez que previa um limite de 4% para incentivos englobando os esportes e as áreas de projetos vinculados aos conselhos dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e ao Programa Nacional de Apoio



Senadores também autorizam créditos para sete ministérios, no valor de R\$ 956,6 milhões

à Cultura e às atividades audiovisuais. Entretanto, ao fazer a mudança, evitando a competição por incentivos entre os esportes e as demais áreas, a lei acabou promovendo disputa semelhante entre atividades esportivas e paraesportivas e programas de alimentação do trabalhador.

A saída foi vetar os artigos da lei que tratavam do incentivo de empresas ao esporte, com a edição da medida provisória, que passou pela Câmara dos Deputados. A MP não alterou o limite de 6% global para a dedução de recursos doados por pessoas físicas aos projetos esportivos e paraesportivos, bem como aos conselhos da Criança e do Adolescente; da cultura; e do audiovisual.

Créditos

A segunda medida provisória aprovada (MP 343/07) abre crédito

extraordinário no valor global de R\$ 956,6 milhões, em favor dos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Fazenda, da Justiça, das Comunicações, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Esporte e da Defesa.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), justificou a utilização de crédito extraordinário argumentando que, em janeiro, quando a MP foi editada, o Orçamento da União de 2007, embora estivesse pronto, não havia sido efetivamente aprovado.

Os senadores pelo PSDB de Goiás, Marconi Perillo e Lúcia Vânia, criticaram a medida. Marconi convocou o líder de sua bancada, Arthur Virgílio (AM), para, a partir dessa MP, votar contra qualquer medida provisória que tenha por objetivo a aprovação de crédito extraordinário.

Renan: Congresso assina 62% das leis promulgadas em 2005

Pela primeira vez, em 16 anos, a maioria das propostas aprovadas por deputados e senadores teve origem no Legislativo. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao comentar dados contidos no boletim informativo Tendências.

– Em 2004, 81% das leis aprovadas no Brasil foram originadas no Executivo, restando ao Congresso apenas 14% e ao Judiciário, 5%. Em 2005, essa tendência se reverteu. Nós tivemos uma maioria de iniciativas do próprio Legislativo, o que acaba sendo inédito nesses 16 anos. O Parlamento produziu 62% das leis promulgadas no Brasil, ficando o Executivo com 36,5% – disse o presidente do Senado, ao assegurar que essa tendência foi mantida em 2006.

Renan respondia ao líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), que protestava contra o excesso de medidas provisórias enviadas pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional.

Ministro do Desenvolvimento visita o presidente do Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem, em audiência, o novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, que assumiu o cargo em substituição a Luiz Fernando Furlan.

– Vim me apresentar e dizer que estamos à disposição para discutir os projetos que estejam no Congresso – disse Miguel Jorge, em entrevista à imprensa.

Entre as matérias em tramitação, o ministro destacou a proposta de criação das zonas de Processamento de Exportação (ZPEs), assim denominadas as áreas de livre comércio com o exterior, onde empresas que produzem para o mercado externo poderão se instalar e se beneficiar da isenção de impostos.

O texto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, agora na forma da emenda da Câmara ao PLS 146/96, tendo como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).



Na reunião da Comissão de Infra-Estrutura, Antonio Bedran (E) e Delcídio Amaral

Comissão é unânime ao aprovar Bedran para a Anatel

“Não tenho dúvidas de que a Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] estará bem representada com a indicação de Antonio Domingos Teixeira Bedran, por isso espero uma votação consagradora”. A expectativa do senador Delcídio Amaral (PT-MS) foi confirmada. Por unanimidade, 23 senadores aprovaram ontem, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

(CI), o nome de Bedran para integrar o Conselho Diretor da Anatel. A matéria agora será apreciada pelo Plenário.

Advogado da Telecomunicações de Minas Gerais (Telemig) a partir de 1973, Bedran foi também consultor jurídico do Ministério das Comunicações entre os anos de 1994 e 1998 e atua como procurador da Anatel desde 1998. Ex-presidente dos

conselhos de administração da Embratel (1994/1995) e da Telemig (1995/1998), foi instrutor de diversos cursos na área de Direito de Telecomunicações.

Segundo o presidente da CI, senador Marconi Perillo (PSDB-GO), durante as quase duas horas de reunião para arguir Antonio Bedran, mais de 40 senadores participaram pelo menos de alguma parte da sessão.

Frente da Criança e do Adolescente debate juventude e violência

Parlamentares, integrantes de organismos internacionais e representantes da sociedade civil discutiram ontem questões relacionadas a juventude e violência, entre elas a redução da maioridade penal e a implementação de políticas públicas para o adolescente infrator. O encontro, promovido pela Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, ocorreu na data escolhida para ser o Dia Nacional

de Mobilização contra a Redução da Maioridade Penal.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) conduziu o debate, que ainda contou com a presença das deputadas Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), Maria do Carmo Lara (PT-MG) e Maria do Rosário (PT-RS), da presidente do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (Conanda), Carmem Oliveira, e do coordenador de projetos do Unicef, Mário Volpi.



O vice-presidente da República, José Alencar (sentado, ao centro), participou ontem do lançamento do livro Moeda, soberania e trabalho – uma proposta crítica de integração da América do Sul, do economista José Carlos de Assis, na Biblioteca

Acadêmico Luiz Viana, do Senado Federal.

Na obra, Assis aborda a experiência de criação do Mercado Comum Europeu (MCE). O evento também contou com a presença do senador Marcelo Crivella (ao microfone).

Oposição ameaça criar CPI do Apagão Aéreo no Senado

Agripino adverte que denúncias estão se avolumando e, para apurá-las, é necessário instalar comissão o mais rapidamente possível, em qualquer uma das Casas legislativas

Os líderes do PSDB e do DEM, respectivamente Arthur Virgílio (AM) e José Agripino (RN), anunciaram ontem em entrevista que consultarão suas bancadas sobre a possibilidade de se criar, no Senado, uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) do apagão aéreo.

José Agripino explicou que essa hipótese não seria discutida caso o Supremo Tribunal Federal (STF) permitisse, neste momento, que a CPI do Apagão Aéreo fosse instalada na Câmara dos Deputados.

– Essa comissão tem de ser instalada o mais rapidamente possível, seja na Câmara ou no Senado – declarou ele, acrescentando que, no entanto, “os deputados federais [favoráveis à CPI] vão esperar a decisão do Supremo”.

Já Arthur Virgílio disse que “as possibilidades de criação da CPI são muito fortes, pois as denúncias estão se avolumando, como é o caso das relacionadas à Infraero”.

Ambos os senadores descar-



Agripino, Jereissati e Arthur Virgílio reúnem-se com líderes da oposição na Câmara

taram a possibilidade de se criar uma comissão mista (com a participação de deputados federais e senadores).

Escopo maior

De acordo com o líder do DEM, se essa CPI for realmente instalada no Senado, seu objeto de investigação poderá ser mais amplo que o da comissão que se pretende criar na Câmara, pois trataria de questões que esta última não aborda. Agripino citou como

exemplo o potencial duopólio na aviação civil brasileira, a partir do predomínio de duas grandes companhias: TAM e Gol.

– Nesse caso, a concorrência se torna muito restrita, prejudicando o consumidor – argumentou o parlamentar.

Agripino informou ainda que a posição das bancadas do DEM e do PSDB quanto a uma comissão parlamentar de inquérito no Senado deve ser decidida hoje.

Etanol é tema de encontro com embaixador de Moçambique

A cooperação técnica do governo brasileiro para a produção de etanol foi o principal tema do encontro do embaixador de Moçambique, Murade Isaac Miguiy Murargy, com o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Heráclito Fortes (DEM-PI). Em visita de cortesia ao gabinete do parlamentar, on-

tem, Murade Murargy disse que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) está ajudando o seu país a ingressar na era dos biocombustíveis.

– Já produzimos cana-de-açúcar, e um grande dossiê vem sendo elaborado sobre a possibilidade de produção do etanol – relatou o embaixador.



Augusto Botelho comemora criação de fundo para investimentos em etanol

Augusto Botelho ressalta acordo de cooperação entre Brasil e EUA

Augusto Botelho (PT-RR) ressaltou ontem a importância do acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos durante a recente visita de George Bush ao país. Conforme o senador, o acordo de cooperação entre os dois países prevê a criação de um ambiente regulatório e de padrões técnicos para a produção do etanol,

além do desenvolvimento de um mercado internacional para os biocombustíveis e investimentos maciços no setor.

Outra boa notícia, afirmou o parlamentar, é a criação de um fundo para investimentos em etanol no Brasil, que terá US\$ 2 bilhões para investimentos no país.

Comissão de Assuntos Econômicos debate metodologia para cálculo do PIB e examina diversas propostas, aprovando universalização de ingresso na internet

Nova forma de cálculo do PIB é mais realista, afirma presidente do IBGE

Em palestra na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Eduardo Pereira Nunes, explicou ontem aos senadores que a mudança metodológica no cálculo do produto interno bruto (PIB) do Brasil, que resultou em uma revisão para cima do crescimento econômico dos últimos anos, não corrigiu dados. Segundo ele, as modificações apenas tiveram como objetivo refletir com maior exatidão o funcionamento real da economia a partir da incorporação de novas fontes de dados no cálculo.

– A tendência da economia não foi alterada por causa da base nova. O que aconteceu é que a magnitude da economia foi reavaliada porque temos mais informações disponíveis, devido à realização de mais pesquisas na década de 90 – informou.

O presidente do IBGE disse que as alterações na projeção, que elevaram o PIB de 2006 de 2,9% para 3,7%, ocorreram porque o IBGE passou a adotar no Sistema de Contas Nacionais a modalida-



Eduardo Nunes: há mais informações disponíveis e mais setores envolvidos

de de cálculo recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU), elaborada em 1953, com atualizações em 1968 e 1993.

– Há mais informações disponíveis e mais setores envolvidos nas pesquisas, que também passaram a ser realizadas anualmente e, portanto, com maior regularidade, pois antes eram feitas a cada cinco anos.

Na nova metodologia, os estudos são realizados em setores da indústria, do comércio, dos serviços, da construção e ainda com base nos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e da Pesquisa de Estatísticas Econômicas da Administração Pública, entre outras.

Senadores da oposição e da base do governo apóiam nova metodologia

Logo após a palestra do presidente do IBGE, vários senadores da Comissão de Assuntos Econômicos elogiaram os ajustes metodológicos introduzidos pelo instituto para adequação às recomendações da ONU.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a atividade realizada pelo IBGE, de acompanhamento e aferição do crescimento do país, é da maior importância. Na opinião de João Tenório (PSDB-AL), são oferecidas informações de qualidade para a sociedade como um todo. Jayme Campos (DEM-MT) observou que tem profunda admiração pelo trabalho promovido pelo IBGE.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ao presidente do IBGE se as organizações sem fins lucrativos são avaliadas e recebeu como resposta que, pela base antiga de cálculo, elas eram ignoradas, mas, a partir dessa nova sistemática, são também pesquisadas.

Ao questionar Eduardo Pereira Nunes sobre a regularidade das

pesquisas de desempenho realizadas anualmente pelo instituto em alguns setores da economia, Adelmir Santana (DEM-DF) descobriu que alguns levantamentos são feitos até mensalmente, com o objetivo de obtenção de dados mais precisos.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB) quis saber se havia alguma disparidade na metodologia adotada no Brasil em relação aos demais países. Ouvia do presidente do instituto que, na América Latina, os sistemas mais avançados são adotados no Brasil, no México, na Colômbia e no Chile. Já na Argentina e na Venezuela, os respectivos sistemas de contas são mais simplificados, segundo Eduardo Pereira Nunes.

O presidente da CAE, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), observou que o IBGE vinha reformulando seu sistema de pesquisas econômicas desde a década de 90. Os senadores Fernando Collor (PTB-AL) e Jefferson Péres (PDT-AM) também participaram do debate.

CAE aprova projeto que garante acesso de escolas a redes digitais

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) torna obrigatória, até 2013, a universalização do acesso a redes digitais de informação, inclusive à internet, em estabelecimentos de ensino de todo o país. A medida deve alcançar tanto instituições públicas quanto particulares, do ensino básico até o superior. A proposição, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), será examinada na Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa.

A exigência passa a constar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei 9.394, de 1996. O projeto (PLS 103/07) altera ainda a lei que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), para estipular que 75% dos recursos arrecadados pelo fundo, de 2008 a 2013, sejam aplicados na implantação de acesso às redes digitalizadas.

A reserva de recursos para implementação das redes beneficia



Mercadante (E) preside a reunião da CAE, ao lado de Inácio Arruda e Eliseu Resende

também instituições de saúde e bibliotecas públicas. O atendimento já era previsto na legislação do Fust (Lei 9.998, de 2000), porém não havia a previsão de aplicação de recursos mínimos. Na mesma margem de 75% se enquadrava outra finalidade do fundo: a redução do valor das contas de serviços de telecomunicações dos estabelecimentos de ensino e das

bibliotecas.

O relator Osmar Dias (PDT-PR) acolheu emenda de Cristovam Buarque (PDT-DF) que prevê ao menos a oferta de um computador com acesso à internet, em cada escola, para cada dez alunos. Alteração proposta por Cícero Lucena (PSDB-PB) manteve a mesma quantidade por aluno, mas por turno escolar.

Projeto isenta de IR portadores de enfisema pulmonar

Portadores de pneumopatia grave (enfisema pulmonar grave) poderão ficar isentos do pagamento do Imposto de Renda (IR) sobre proventos, aposentadorias ou reforma. Foi o que decidiu ontem a CAE ao aprovar, por unanimidade, projeto de lei (PLS 37/06) de Romeu Tuma (DEM-SP) que recebeu parecer favorável de Gilvam Borges (PMDB-AP).

Como recebeu decisão terminativa, o projeto segue agora para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja pedido para ser apreciado pelo Plenário. Se a Câmara acolher a proposta sem qualquer alteração, o texto só dependerá da sanção do presidente da República para virar lei.

Atualmente, de acordo com a Lei 7.713/88, são isentos do pagamento do IR portadores de várias doenças, como moléstia profissional; tuberculose ativa; esclerose múltipla; cegueira; hanseníase; paralisia irreversível; cardiopatia grave; doença de Parkinson; contaminação por radiação e Aids.

Adiada votação de proposta sobre exigência fiscal

Os senadores integrantes da CAE decidiram ontem adiar para a próxima semana a votação do projeto de lei de autoria de Francisco Dornelles (PP-RJ) que exclui a possibilidade de recurso especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais se decisão de segunda instância tiver julgado improcedentes as respectivas exigências fiscais.

Para Dornelles, a decisão favorável ao contribuinte proferida pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal e confirmada pelo Conselho de Contribuintes não deve ser objeto de nova contestação pela Fazenda Pública, conforme ocorre atualmente.

Crédito

Também ficou para a próxima reunião da CAE o exame do parecer de Jonas Pinheiro (DEM-MT) contrário à aprovação do projeto de lei de Pedro Simon (PMDB-RS) que altera dispositivo do sistema financeiro nacional para inserir a linha de crédito imobiliário entre as atribuições do Banco do Brasil (PLS 122/06).

Aprovado crédito de US\$ 50 milhões para o Proágua

A CAE aprovou ontem indicação favorável à contratação de crédito externo, no valor de US\$ 50 milhões, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), para financiamento parcial de ações do Programa Nacional de Desenvolvimento de Recursos Hídricos (Proágua Nacional).

Foi acolhido ainda pela CAE pedido de urgência para exame da mensagem em Plenário, onde a proposição será examinada agora. O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) relatou a matéria, com base em parecer preparado por Osmar Dias (PDT-PR).

O programa terá contrapartida do Tesouro Nacional, no valor de R\$ 150 milhões, o que eleva os dispêndios globais para US\$ 200 milhões entre 2007 e 2009. Sobre a operação vão incidir custos efetivos equivalentes a 5,7% ao ano, avaliados como aceitáveis pela Secretaria do Tesouro Nacional na comparação com o custo médio de captação em dólar do país no mercado internacional.

Projeto que torna obrigatório ensino de educação sexual e fixa em 18 anos a idade mínima para esterilização voluntária é debatido em audiência pública

Virgílio propõe pesar pela morte de filhos de deputados

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou à Mesa requerimento de voto de pesar pela morte de Luciano Patriota, filho do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), e Vanessa Timóteo, filha do deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Luciano faleceu em Caruaru (PE) durante cirurgia de retirada de um rim para doação a uma amiga. “O gesto desse jovem será sempre lembrado como de efetiva doação, não de um de seus órgãos, mas de doação plena e de apreço ao próximo”, disse o senador. Já Vanessa Timóteo teve morte trágica no dia 8, em Curitiba.

O senador Paulo Paim (PT-RS), na presidência dos trabalhos do Plenário, e Papaléo Paes (PSDB-AP), em apertes, endossaram as palavras de Virgílio.



Papaléo diz que brechas na legislação facilitam ação de quadrilhas no Brasil

Papaléo pede rigor no combate ao tráfico de mulheres

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem, da tribuna, o combate rigoroso ao crime organizado, especialmente às quadrilhas que subtraem meninas e mulheres com vistas ao tráfico internacional. Essas mulheres e crianças, afirmou o senador, são aliciadas e submetidas a “um martírio de dor, sofrimento e penúria”.

O parlamentar lembrou que a legislação não tipifica como tráfico o transporte ilegal de pessoas dentro do território nacional, oferecendo, dessa forma, brechas para a atuação das quadrilhas.

Papaléo Paes observou que o tráfico de pessoas, antes restrito a Goiás e Ceará, espalhou-se pelos outros estados e “constitui um grande risco para jovens que têm seus sonhos de melhoria das condições de vida transformados em pesadelo”.



Participam da audiência Alanna Armitage, Herilda, Drauzio, Rosalba Ciarlini (na presidência), Maria de Fátima, Ieda Verreschi e Chacel

Redução da idade mínima para esterilização divide especialistas

Especialistas e representantes de entidades de classe manifestaram ontem, em audiência pública, posições divergentes sobre o projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que torna obrigatório o ensino de educação sexual, institui o Dia do Planejamento Familiar, reduz de 25 para 18 anos a idade mínima para a esterilização cirúrgica voluntária e revoga a exigência de consentimento do cônjuge. O debate foi promovido pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).

O médico oncologista Drauzio Varella afirmou não ver necessidade de se modificar a lei que trata do assunto (9.263/96), no que diz respeito à idade mínima. Defendeu, no entanto, que a legislação seja aplicada, uma vez que, lembrou, é quase impossível a pessoa de baixa renda conseguir realizar a esterilização cirúrgica.

Representante da ONU destaca aconselhamento

Baseada em instruções presentes em acordos dos quais o Brasil é signatário, Allana Armitage, representante do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (Unfpa), afirmou na audiência que o planejamento familiar deve partir de decisões individuais e não da preocupação com o crescimento da população. Sem opinar sobre a redução da idade para a esterilização, ela lembrou a importância do aconselhamento sobre a irreversibilidade da cirurgia e sobre a apresentação de métodos alternativos contraceptivos aos jovens interessados.

Herilda Balduino de Sousa, representante da OAB, disse ainda que o governo deveria atentar também para as outras doenças que acometem as mulheres, como a eclampsia, os problemas renais, os problemas de fertilidade e o diabetes, e cobrou políticas públicas voltadas para as mulheres, que “sempre levam a culpa”. Ela contestou a ideia de que as “mulheres pobres só geram filhos e não os criam”, e sugeriu assistência integral do Estado.

Ele considerou importante a proposta de se retirar a exigência de autorização do cônjuge.

Allana Armitage, representante do Fundo de População das Nações Unidas no Brasil (Unfpa), também apoiou a revogação da exigência do consentimento do casal para a esterilização voluntária de um ou de ambos.

Já a representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e professora da Escola Paulista de Medicina Ieda Verreschi posicionou-se contra o projeto (PLS 284/06). Para a médica, trata-se de uma iniciativa que propõe medidas prejudiciais ao desenvolvimento de adolescentes, ao diminuir a idade para acesso à esterilização.

O membro do Conselho Federal de Medicina Pedro Pablo Magalhães Chacel também se posicionou contra a matéria. Ele ressaltou que o Brasil é um país

de baixíssima natalidade e defendeu a ideia de que uma educação global daria capacidade intelectual para as pessoas decidirem o que fazer.

Maria de Fátima Malheiro, técnica em assuntos educacionais do Ministério da Educação, observou que a educação sexual já se encontra nas normas curriculares. Lembrou que não compete à pasta interferir na liberdade de escolas e disse que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação dá autonomia a estados e municípios para focar o assunto da melhor maneira.

Por sua vez, a representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Herilda Balduino dos Santos, argumentou que a redução da idade pode contribuir para o surgimento de problemas de saúde, e acusou a proposta de ser um mecanismo de controle de natalidade não assumido.

Arns cobra resultados de leis e programas já existentes

A necessidade de cobrança por resultados das leis e programas já existentes relacionados à educação sexual foi destacada, na audiência pública, pelo senador Flávio Arns (PT-PR). Ele considera que o acompanhamento, a supervisão e a análise de resultados dos instrumentos jurídicos e resoluções já existentes são mais importantes do que a elaboração de novas leis.

Marcelo Crivella, autor do projeto de lei discutido na audiência, disse que o interessado na esterilização cirúrgica passa por várias etapas para garantir que está mesmo certo de sua decisão. Ao citar suas experiências como missionário e sua atuação em comunidades carentes, o senador afirmou que vários jovens, muitos com 18 anos, o procuraram para que intercedesse a fim de que fosse realizada a intervenção cirúrgica.

Já o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) demonstrou preocupação com a redução da idade mínima para a cirurgia e lembrou que existem outros meios para se evitar a gravidez.

Lobão alerta para implicações sobre o meio ambiente

Relator da proposta na Comissão de Educação, Edison Lobão (DEM-MA) afirmou na audiência que, quando se discute planejamento familiar, é preciso que sejam levadas em conta as implicações das questões demográficas sobre o meio ambiente.

O presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), ressaltou que a questão da contracepção é deixada em segundo plano porque é um problema que só atinge os mais pobres.

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) sugeriu que as discussões sejam levadas às periferias, com audiência junto às populações pobres.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) discordou do projeto e observou que o planejamento familiar é questão individual, enquanto o controle da natalidade está ligado ao Estado. O projeto será discutido em outra audiência.

Crivella lembra que maioria é aos 18 anos

Em defesa de seu projeto de lei, o senador Marcelo Crivella observa que, no Código Civil, a menoridade cessa aos 18 anos, quando o cidadão fica habilitado a todos os atos da vida civil. O parlamentar do Rio de Janeiro lembrou que essa é a idade mínima também fixada para a adoção de filhos e propõe que ela deveria ser observada para a realização da cirurgia.

A proposição, relatada pelo senador Edison Lobão na Comissão de Educação, também pretende tornar obrigatória a instrução da educação sexual nos ensinos fundamental e médio – sem a criação de uma disciplina específica, mas tratando o tema de forma transversal ou multidisciplinar.

Caso a proposta seja aprovada, também será obrigatório o oferecimento de educação sexual durante a instrução oferecida no serviço militar, mas não mais em cursos de formação das polícias Federal, Rodoviária Federal e Ferroviária Federal, já que emenda apresentada pelo relator eliminou essa possibilidade.